

## VARIAÇÃO EM CONSTRUÇÕES COM SE: UM DESAFIO PARA O ENSINO DE PORTUGUÊS

### VARIATION IN CONSTRUCTIONS WITH SE: A CHALLENGE FOR TEACHING PORTUGUESE

*Angela Marina Bravin dos Santos \**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, Brasil

**Resumo:** Este artigo discute a complexidade subjacente ao estudo, nas escolas brasileiras, das construções com *verbos transitivos diretos combinados com a partícula “se”*. Para tanto, parte de resultados de uma pesquisa sociolinguística desenvolvida em textos acadêmicos produzidos pela editora da UFRRJ. A investigação baseia-se nos pressupostos da Teoria da Variação e Mudança (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 1968) e tem por objetivo analisar o comportamento variável de tais construções em contextos de indeterminação do sujeito, a fim de mostrar que a dificuldade de o aluno compreendê-las está no fato de que a tradição gramatical as considera passivas, mas, na verdade, trata-se de formas ativas com o traço [+referência arbitrária], variando com a 1ª pessoa do plural.

**Palavras-chave:** Sociolinguística; Variação linguística; Indeterminação do sujeito; Construções com se; Ensino de Língua Portuguesa.

**Abstract:** *This article discusses the complexity underlying the study, in Brazilian schools, of constructions with direct transitive verbs combined with the particle “if”*. To this end, the start point is the results of a sociolinguistic survey conducted in academic texts produced by the publishers of UFRRJ. The research is based on the Theory of Variation and Change (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 1968), aiming at analyzing the behavior of such variable constructions in contexts of indeterminacy of the subject, in order to show that the difficulty of the student in understanding them is the fact that the grammatical tradition considers them as passive, but actually they are active forms with the feature [+arbitrary reference], varying with the 1st person of plural.

**Keywords:** *Sociolinguistic; Linguistic variation; Indeterminacy of the subject; Constructions with if; Portuguese teaching.*

---

\* Professora adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ, RJ, Brasil; bravin.rj@uol.com.br

## Introdução

No estudo da relação entre sujeito e verbo, dois aspectos que a tradição gramatical leva em conta é o da passividade do sujeito, conforme ocorre em (1) e (2), e o de agentividade, como em (3):

- (1) Os livros foram comprados por João.
- (2) Compram-se livros.
- (3) João comprou os livros.

Por esse viés, a correlação entre forma e sentido marca tais construções: para cada aspecto há uma estrutura linguística que o realiza. Assim, as passivas dividem-se em analíticas (exemplo 1), em que ocorrem um sujeito paciente e um agente da passiva relacionados a uma locução verbal, e sintéticas (exemplo 2), que se realizam sem o agente, mas com o apoio de um pronome oblíquo átono, considerado partícula apassivadora, acompanhado por uma forma verbal simples com transitividade direta. As orações ativas apresentam, geralmente, os constituintes Sujeito – Verbo – Objeto, em que o sujeito é considerado agente (exemplo 3). A descrição tradicional procura estabelecer, assim, uma separação entre passividade e agentividade.

Contudo, essa separação não se mostra tão nítida, já que a noção de agentividade está sempre presente nas descrições encontradas nas gramáticas normativas, como na de Cunha e Cintra, ainda que implicitamente: “...o fato expresso pelo verbo pode ser representado de três formas: a) como praticado pelo sujeito: João feriu Pedro b) como sofrido pelo sujeito: Não se veem [=são vistas] rosas neste jardim. c) como praticado e sofrido pelo sujeito: João feriu-se.” (CUNHA & CINTRA, 1985, p. 372). Nessas diferentes construções sintáticas, a noção semântica de que “alguém atuou como agente” está intrínseca, revelando, pois, a sobreposição de aspectos semânticos e sintáticos subjacentes ao uso de tais estruturas, sobretudo ao das passivas, o que por si só já revela a complexidade da sua realização, resultando, em consequência disso, em um desafio para o ensino do português, uma vez que a visão da gramática tradicional ainda pauta os estudos da língua portuguesa nas escolas brasileiras.

No caso das passivas sintéticas, a situação parece ser mais problemática, porque se trata de uma forma que tem recebido interpretação distinta da considerada pela tradição gramatical. Pesquisas recentes (CAVALCANTE, 2011) têm demonstrado que o traço semântico de passividade, na verdade, não se realiza em tais construções, mas o de indeterminação do sujeito, traço [+arbitrário], tal como ocorre em sentenças com verbos transitivos indiretos (4a), intransitivos (4b) ou com transitivos diretos tomados intransitivamente (4c):

- (4) a. Precisa-se de empregados.  
b. Mora-se bem no Rio.  
c. Lê-se muito no *facebook*.

Assim sendo, sentenças como a que se realiza em (2) recebem o mesmo *status* de uma oração na voz ativa, podendo ocorrer com o verbo no plural ou no singular:

- (2') Compra-se livros.

Considerando, pois, o fato de tais construções possuírem o traço [+arbitrário], buscou-se observar, em artigos científicos, se elas estariam em variação com outras estratégias de indeterminação do sujeito. Este artigo discutirá, portanto, o uso das construções com *se* a partir de uma pesquisa sociolinguística, nos moldes labovianos (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 1968), tendo por *corpus* artigos científicos produzidos pela Editora da UFRRJ a fim de mostrar que a complexidade do estudo de tais estruturas nas escolas brasileiras decorre justamente da distância que existe entre a prescrição tradicional e o uso efetivo da língua. Para tanto, no primeiro momento, refletiremos sobre o estatuto de passividade ou de indeterminação das sentenças consideradas tradicionalmente passivas sintéticas. Em seguida, será apresentada a análise variacionista. Ao final, os resultados da pesquisa servirão de base para reflexões acerca de atividades didáticas que os professores de Língua Portuguesa poderão desenvolver com o objetivo de levar o aluno a compreender a realização de tais construções.

### Passivas sintéticas ou indeterminação do sujeito?

O estatuto de passividade das construções sintéticas tem sido questionado e, por consequência, põe-se em jogo a legitimidade da relação morfossintática de concordância entre sujeito e verbo prescrita pelas gramáticas normativas. Retomemos o exemplo *Não se veem [=são vistas] rosas neste jardim*, em que o sujeito “rosas” recebe *status* de passivo, porque transmite a mesma noção presente em “Rosas são vistas (por alguém)”. Assim, se “rosas” se realiza no plural, o verbo deveria aparecer no plural, mas os resultados obtidos por Vieira e Saraiva (2011) mostram que essa regra raramente é obedecida, mesmo em se tratando de um discurso monitorado como é o caso dos artigos científicos.

A hipótese deste estudo, baseada em Cavalcante (2011), é a de que, nesses artigos, ocorrências sem concordância do tipo *Compra-se livro* também revelam uma

estratégia de indeterminação do sujeito, como se observa nos exemplos destacados dos textos científicos que serviram de base para esta pesquisa:

- (5) ....não [se conhece] as propriedades físicas, mecânicas e químicas da madeira...  
(Revista de ciências da vida)
- (6) A mesma tendência foi verificada na transição da segunda e terceira semanas de junho (segundo mês da cultura, em regime de plantio de inverno), pois [registrou-se] *diversas lesões e incremento da doença*.  
(Revista de ciências da vida)
- (7) [Empregou-se], ainda, no experimento, *três doses de adubação nitrogenada e potássica* (N e K) (0; 75 e 150 kg. ha<sup>-1</sup>), por meio de N-uréia + cloreto de potássio.  
(Revista de ciências exatas e da terra)
- (8) Além da possibilidade da escola reclassificar os alunos transferidos de outras instituições do país ou do exterior (art.23), [abre-se] ainda *possibilidades maiores* no art.24.  
(Revista de ciências humanas)

A estrutura com não-concordância recebe, portanto, o mesmo traço semântico de referência arbitrária que uma construção com verbos intransitivos recebe, como no destaque em (9)

- (9) O procedimento desenvolvido neste trabalho para resolver o problema inverso de otimização na produção agrícola com restrições hídricas tem como fonte o trabalho de Ginn et al. (1989), no qual [trabalha-se] com operações de reservatórios...  
(Revista de ciências exatas)

ou estruturas com verbos transitivos indiretos:

- (10) Estando a coalhada no “ponto” [procedeu-se] aos cortes: em sentido longitudinal e transversal utilizando tiras com fio em sentido vertical e horizontal.  
(Revista de ciências exatas e da terra)

São construções sintáticas com a mesma configuração e carregam igualmente o traço semântico de referência arbitrária, tal como sugere Cavalcante (2011),

conforme se verá adiante. Já Raposo e Uriagereka (1996) consideram a existência de dois tipos de SE em estruturas com verbos transitivos: o SE passivo – acusativo e o SE impessoal. O primeiro é o que aparece em construções com transitivos diretos em que ocorre a concordância entre verbo e o argumento interno, como em “Vendem-se salsichas no talho Sanzot”. (RAPOSO e URIAGEREKA, 1996). O *se* impessoal ocorre em estruturas transitivas, mas sem concordância: Vende-se salsichas no talho Sanzot. (RAPOSO e URIAGEREKA, 1996) e em construções com outro tipo de verbo (intransitivo, cópula, inacusativo).

A posição de Cavalcante (2011) é a de que tais construções não podem ser consideradas passivas, mas ativas com estatuto de referência arbitrária tanto nas estruturas com concordância quanto nas que esse fenômeno não ocorre. Ela mostra que o comportamento dos supostos sujeitos em tais realizações difere do comportamento de outros sujeitos como, por exemplo, o que aparece nas construções reflexivas e passivas analíticas. Para o autor, esse sujeito assemelha-se à realização dos objetos diretos das orações ativas. Destaca-se o fato de suas pesquisas terem como foco a modalidade escrita de sincronias passadas e de revelarem não ser nenhuma novidade, na língua portuguesa, a variação entre construções com e sem concordância.

Vieira e Saraiva (2011), por outro lado, não questionam o estatuto das passivas sintéticas, considerando-as legítimas construções em que o pronome *se* exerce o papel de partícula apassivadora, estando, portanto, o verbo em relação com o sujeito. Numa pesquisa sincrônica em textos acadêmicos e jornalísticos brasileiros, consideraram o aspecto funcional das passivas, focalizando inclusive as perífrases verbais, cujo grau de auxiliaridade alcançado por certos verbos *se* relacionam à tendência à concordância ou não-concordância da forma auxiliar e pode revelar a percepção que o falante tem da sequência das formas. Os resultados obtidos demonstraram que mesmo em textos monitorados ocorre ausência de concordância. Na fala do brasileiro, essa estrutura encontra-se praticamente desaparecida. Veja que as autoras encontraram apenas 30 ocorrências na fala culta do Rio de Janeiro, ao contrário do que ocorre no português europeu, em que aparece com mais frequência na fala espontânea de indivíduos sem grau superior de escolaridade.

### **Análise variacionista**

Esta pesquisa tem como *corpus* 12 periódicos produzidos pela Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – EDUR, sendo quatro números da revista *Ciências Humanas e Sociais em Revista*, quatro da *Revista de Ciências da Vida* e quatro da *Revista de Ciências Exatas*, totalizando, aproximadamente, cento e vinte artigos. Foram seguidos os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística

Variacionista de base laboviana (GAY e ZILLES, 2007), à qual interessam dados empíricos examinados quantitativamente e que, neste estudo, permitiram levantar os contextos a condicionar o uso das estratégias de indeterminação nos artigos analisados, para confirmar, ou não, a hipótese de que a escrita acadêmica se apropria das estruturas com *se* de transitividade direta, com ou sem concordância, para realizar o sujeito de referência arbitrária, estando, pois, em competição com outras estratégias de indeterminação.

Inicialmente, buscou-se observar se estariam variando com uso da 1ª p. *pl*, com a 3ª p. *pl*, preferencialmente nula, e com as formas *a gente* e *ocê*, totalizando, portanto, cinco variantes. Como essas três últimas não se realizaram nos artigos, ficaram, portanto, fora do conjunto das variantes, que passou a ser constituído de duas formas: construções com *se* e 1ª p. *pl*.<sup>1</sup>, tomando-se como valor de aplicação esta segunda variante.

As variáveis independentes controladas dividem-se entre extralinguísticas e linguísticas. No caso das primeiras, só foi controlada a área de conhecimento a que pertence o artigo. As linguísticas estão divididas em estrutura do núcleo do predicado, número do argumento interno, estrutura do argumento interno, posição do argumento interno e organização discursiva das seções. Os dados coletados foram codificados e submetidos ao programa GOLDVARB – X.

## Dados analisados

Levou-se em conta, pois, tal como supõe Cavalcante (2011), que as construções com *se* em sentenças com verbos transitivos diretos no singular ou no plural são ativas e recebem traço [ $\neg$ + arbitrário]. Foram, portanto, analisadas do mesmo modo como as sentenças com verbos intransitivos e transitivos indiretos. Sendo assim, consideramos num mesmo conjunto de dados estruturas como as exibidas em (5), (6), (7), (8), (9) e (10) e estruturas com o verbo transitivo direto no plural:

- (11) Dentre os materiais utilizados como catalisadores heterogêneos, [destacam-se] *as peneiras moleculares microporosas e mesoporosas*  
(Revista de ciências exatas)

---

<sup>1</sup> Nos artigos analisados, considerou-se a 1ª p. *pl*. uma estratégia de indeterminação (DUARTE e LOPES, 2002), porque se constatou que, de fato, essa forma varia com o uso de *se*. Não se tratando, pois, de um emprego estilístico.

Analisamos essas construções em variação com a *1ª p. pl*, considerada por Duarte e Lopes (2002) e Bravin dos Santos (2000) uma estratégia de indeterminação do sujeito:

- (12) *Compreendemos* o espírito que inspirou a legislação em tela.  
(Revista de ciências humanas)
- (13) ... e logo *realizamos* uma avaliação dos erros relativos.  
(Revista de ciências exatas)

No levantamento das ocorrências, tratamos a forma nula e o uso do pronome *nós* sob o mesmo código, já que não era interesse da pesquisa investigar o preenchimento ou apagamento da variante em questão.

### Resultado geral

Foram analisadas 100 ocorrências, das quais 50 (50%) realizam a indeterminação do sujeito por meio da *1ª p. pl*, enquanto os outros 50 (50%) apresentam estruturas com *se*. Apresenta-se o resultado no gráfico a seguir.

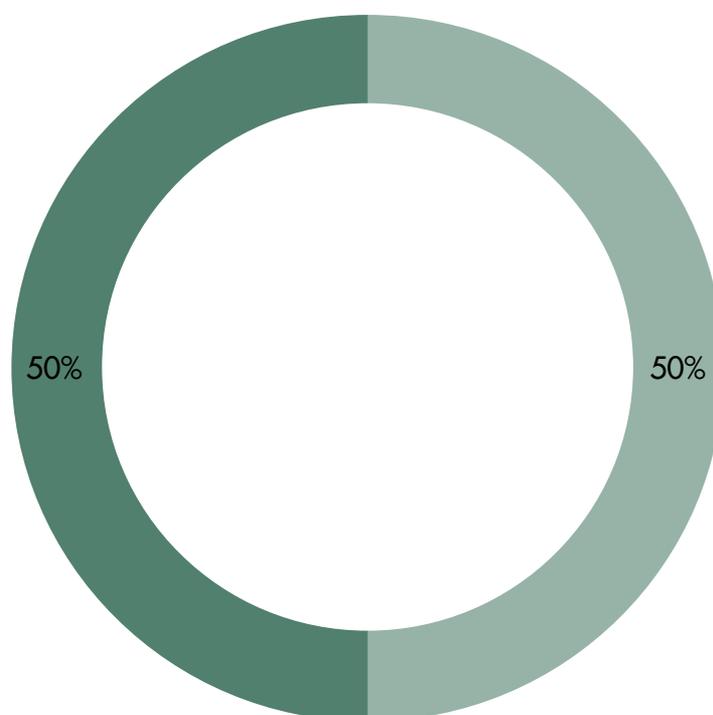


Gráfico 1: Resultado geral

Essa distribuição equilibrada do resultado geral mostra uma clara competição entre as duas formas consideradas variantes e submetidas à análise da regra variável. Trata-se, na verdade, de um resultado que por si só já revela a complexidade do ensino do sujeito indeterminado, uma vez que estruturas sintáticas distintas veiculam com a mesma preferência a noção semântica de referência arbitrária.

## Resultados dos grupos de fatores

O grupo das variantes (construções com *se* e *1ª p. pl.*), quanto ao aspecto extralinguístico, foi examinado em relação à área de conhecimento do periódico. Quanto às variáveis linguísticas, o mesmo grupo relacionou-se à organização discursiva das diferentes seções dos artigos (resumo, introdução, metodologia, análise de resultados e conclusão), à forma verbal, ao tipo sintático da oração e aos graus de indeterminação do sujeito. Assim, analisaram-se grupos de fatores ligados a aspectos discursivos, morfológicos, sintáticos e semânticos, sendo selecionados como relevantes a área de conhecimento do periódico e o grupo “Graus de indeterminação do sujeito”, que serão analisados a seguir.

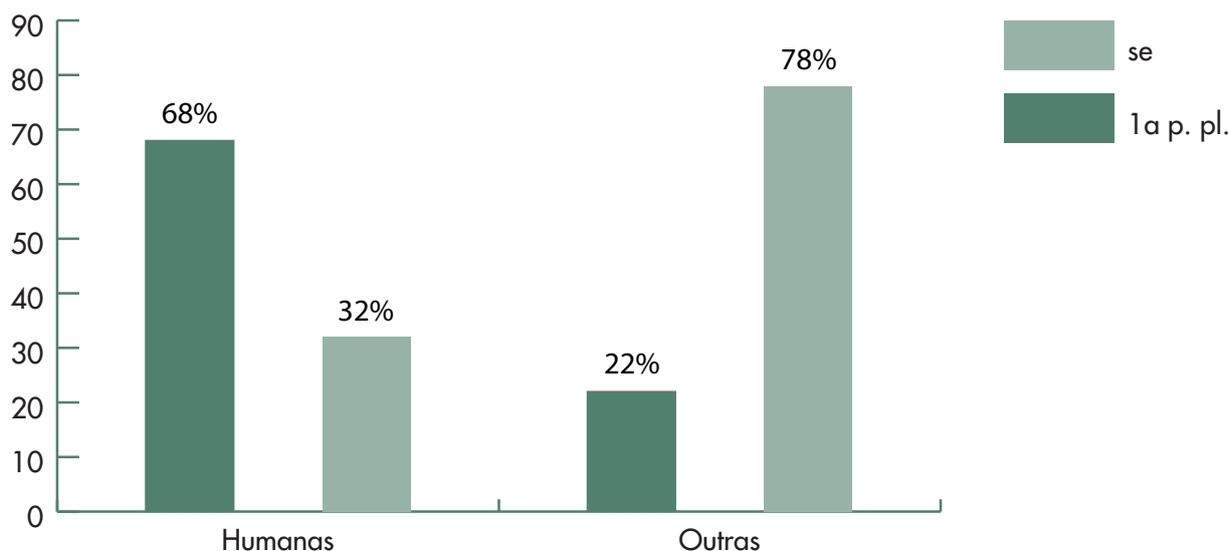
## Área de conhecimento do periódico

Partiu-se da hipótese de que a área de conhecimento da revista estaria influenciando o uso de uma ou de outra variante, porque, numa primeira leitura dos artigos, observou-se nítida diferença entre a organização discursiva presente nos textos das revistas de ciências humanas e a que se realiza nas demais áreas: exatas, terra e vida. Num primeiro momento, essas três áreas foram investigadas separadamente, mas observamos que elas apresentavam o mesmo comportamento. Por isso, foram agrupadas sob o mesmo código, resultando em uma variável com dois fatores, cujos resultados se encontram presentes na tabela 1.

**Tabela 1:** Uso da *1ª p. pl.* segundo a área de conhecimento

EXATAS, TERRA E VIDA			HUMANAS		
Oco./Total	%	P.R	Oco./Total	%	P.R
9/40	22	.29	41/60	68	.63

Esses resultados comprovam a hipótese de que há diferença no comportamento do sujeito indeterminado no que se refere à área de conhecimento. Veja que a preferência pela forma de *1ª p. pl.* recai sobre os artigos da área de ciências humanas, com um percentual bem significativo, 68%, ilustrado no gráfico 2, que compara esse índice com o obtido para as construções com *se*.



**Gráfico 2:** Uso das formas de indeterminação segundo a área de conhecimento

Esse gráfico deixa clara a diferença atestada anteriormente. Ele é bem ilustrativo, porque permite a visualização de um comportamento das variantes praticamente oposto, o que leva à suposição de que fatores funcionais estejam atuando na relação entre a área do periódico e a forma de indeterminação. Saraiva (2013) mostra que as construções com *se* anula a presença do pesquisador, imprimindo maior objetividade ao discurso, sendo, portanto, frequentes nos textos acadêmicos. Entretanto, segundo os resultados aqui obtidos, essa explicação contemplaria apenas o discurso produzido pelos autores das áreas exatas, da vida e da terra. No caso dos artigos de humanas, a forma de *1ª p. pl.* estaria atuando de maneira a colocar em primeiro plano a participação do pesquisador.

### Grau de indeterminação do sujeito

Para o controle da relação do sujeito indeterminado de uma oração com seu referente, foram considerados três graus de indeterminação. A hipótese é a de que a indeterminação é completa quando não há possibilidade de recuperação do referente

dentro do contexto, o que ocorre, geralmente, na primeira menção da ocorrência em uma das seções do artigo. Nesse caso, tem-se o grau 1:

- (14) No último episódio de transgressão holocênica iniciada há 7000 anos (AP), [formaram-se] pequenas lagoas (Vermelha, Pitanguinha e Pernanbuco) e brejos. (Revista de Ciências da Vida)

Quando o referente está distante, a indeterminação é parcial e o grau de indeterminação é 2, conforme se verifica na ocorrência em itálico (*destacam-se*) em relação a que aparece em caixa alta [OBSERVAMOS]:

- (15) Porém [OBSERVAMOS] ainda um grande distanciamento entra a teoria/documentos/agendas e as ações reais, que se dão de forma pontual e pouco competente para modificar as tendências antropocêntrica e economicista dominantes (...). A Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999, dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e, em seu Artº 2º, define-a como “um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”. Dentre os princípios básicos firmados por esta Lei [*destacam-se*] o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo... (Revista de Ciências Humanas)

O grau 3 refere-se a um grau mínimo de indeterminação. Trata-se de contextos em que há proximidade entre a ocorrência de indeterminação e seu referente:

- (16) Diante desses questionamentos e reflexões, nos [DISPOMOS] a analisar como se verifica a presença da educação ambiental na formação de diferentes cursos de graduação da UFRRJ e, com esse objetivo, [*realizamos*] uma pesquisa documental na qual [*analizamos*] os currículos e os conteúdos programáticos de quatro cursos: Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Ciências Agrícolas, Ciências Biológicas e Engenharia Florestal... (Revista de Ciências Humanas)

A identificação dos graus de indeterminação relaciona-se, assim, à possibilidade de recuperação do referente no contexto discursivo. Dessa forma, supõe-se que quanto mais clara a referência, menor será o grau de indeterminação. Vejamos, na tabela a seguir, se os resultados obtidos para essa variável confirmam essa hipótese.

**Tabela 2:** Uso da *1ª p. pl.* segundo o grau de indeterminação do sujeito

GRAU 1			GRAU 2			GRAU 3		
Oco./ T	%	P.R	Oco./ T	%	P.R	Oco./ T	%	P.R
9/26	34	.32	8/34	24	.28	33/40	82	.77

A tabela revela que o uso da *1ª p. pl.* é favorecido nos contextos em que o grau de indeterminação é menor. O resultado obtido para essa variável também se mostra significativo, porque se relaciona, na verdade, à hipótese levantada anteriormente de que a *1ª p. pl.* coloca em primeiro plano a participação do pesquisador, imprimindo, pois, ao discurso um caráter mais subjetivo. Por outro lado, a tabela evidencia a relação entre as construções com *se* e o esvaziamento da referência, confirmando assim que, de fato, aspectos funcionais e discursivos influenciam a opção por uma ou outra variante.

No caso dos artigos analisados, a escolha da estratégia de indeterminação revela, portanto, a interação entre produção linguística e aspectos pragmáticos relacionados ao perfil do pesquisador de cada área de conhecimento investigada. Trata-se, na verdade, de olharmos para a forma de indeterminação escolhida pelos autores como uma construção que emana do funcionamento efetivo da língua, com domínios funcionais, nos moldes de Givón (1983), exibidos em espaços contínuos discretos.

### Finalizando: resultados obtidos e ensino de língua portuguesa

Os resultados obtidos nesta análise variacionista revelam que existe, no tocante à descrição das construções com *se* e às estratégias de indeterminação do sujeito, um hiato entre o que a escola apresenta ao aluno e o que, de fato, se realiza na linguagem em uso. Assim, se, por um lado, na prática escolar, apresentam-se formas de indeterminação cristalizadas, por outro, o que efetivamente ocorre é a realização de construções linguísticas que recebem outras interpretações.

As estruturas com *verbo transitivo direto + se*, as tradicionais passivas sintéticas, ainda apresentadas dessa maneira pelas gramáticas normativas e pelos livros didáticos, seriam compreendidas mais facilmente se fossem descritas a partir do seu estatuto semântico de referência arbitrária e não de passividade. E, sem dúvida nenhuma, tal estatuto revela-se em textos muito específicos, com características típicas de organização discursiva mais frequente numa determinada área científica,



## Referências

BRAVIN DOS SANTOS, Ângela Marina. *O sujeito pronominal em contexto de mudança paramétrica: a escrita de alunos do Ensino Médio*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Um modelo para a análise sociolinguística do português brasileiro. In: *Nós cheguem na escola, e agora?* São Paulo: Parábola. 2005. pp 39-52.

CAVALCANTE, Sílvia Rodrigues. Construções de “SE-passivo” na história do português e a posição de sujeitos e complementos. In: *Textos Seleccionados, XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, 2011, pp. 153-167.

CUNHA, Celso. CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. LOPES, Célia. Realizaram, realizou-se ou realizamos...? In: DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. CALLOU, Dinah (orgs.) *Para a história do português brasileiro*, vol. IV, Rio de Janeiro: Faperj/UFRJ, 2002. p. 155-165.

GIVÓN, Talmy. Topic continuity in discourse: an introduction. In GIVÓN, Talmy. (Ed.), *Topic Continuity in Discourse: A Quantitative Cross-language Study*. Amsterdam: John Benjamins, 1983. p. 1-42.

GUY, Gregory. ZILLES, Ana Maria. *Sociolinguística Quantitativa – instrumental de análise*. São Paulo: Parábola, 2007.

RAPOSO, Eduardo. URIAGEREKA, Juan. Indefinite SE. In: DIKKEN, Marcel Den (ed.) *Natural Language and Linguistic Theory*. New York: Springer, 1996. p. 749–810.

SARAIVA, Eneile Santos. *A construção TEM-SE no Português Brasileiro escrito: uma análise sociofuncionalista*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2013.

VIEIRA, Sílvia Rodrigues. Colocação pronominal. In: VIEIRA, Sílvia Rodrigues. BRAN-DÃO, Sílvia Figueiredo (orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 121-146.

VIEIRA, Márcia Machado. SARAIVA, Eneile Santos. A concordância de número em estruturas passivas pronominais no português brasileiro. In: XVI Congresso Internacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina, ALFAL, 2011. Alcalá de Henares, Madri. *Anais do XVI Congresso Internacional de La Alfal*, 2011.

WEINREICH, Uriel. LABOV, William. HERZOG, Marvin. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, Winfred Philipp. MALKIEL, Yakov. (eds.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 97-195.

*Recebido em 15/04/2014.*  
*Aprovado em 08/05/2014.*